

1 **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**
2 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL**

3
4
5 **ATA DA DÉCIMA SÉTIMA**
6 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
7 **CONSELHO ESTADUAL DE**
8 **POLÍTICA CULTURAL**
9

10
11 No dia 07 de Junho do ano de dois mil e dezesseis, em Belo Horizonte/MG, no Instituto Estadual
12 do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), realizou-se a presente reunião que
13 foi aberta pelo Presidente, o Secretário de Estado de Cultura Angelo Oswaldo. Logo após a fala
14 inicial a presidência dos trabalhos foi assumida pelo Secretário Adjunto João Miguel. Em seguida,
15 diante da ausência do expositor que trataria do ponto de pauta PEC:- Institucionalização e Cultura
16 de Interesse Público, o Conselheiro Rubem Reis realizou uma avaliação acerca das rodadas
17 regionais do Fórum Técnico do Plano Estadual de Cultura. Rubem, que também é o Vice –
18 Presidente do Conselho participou de dez das dozes reuniões realizadas no interior e falou sobre as
19 suas impressões acerca do público que participou dos encontros e destacou que apenas cinco das
20 pessoas que participaram do processo de elaboração do Plano se mantiveram até o final do
21 processo. Maria Andrada reforçou o discurso de Rubem, destacando o quórum baixo e o alto nível
22 das discussões realizadas. Magdalena Rodrigues falou da necessidade de o CONSEC emitir uma
23 moção de posicionamento em relação ao discurso crescente de que artistas são “vagabundos”, em
24 que seja esclarecida como é a vida do trabalhador artístico. A conselheira titular do segmento de
25 Entidades de Trabalhadores Empresariais falou da importância de se descentralizar as ações e
26 discussões da área da cultura e apontou a necessidade latente de se juntar cultura e educação como
27 forma de instrumentalizar a sociedade civil e poder público acerca da importância das ações de
28 formação, capacitação e qualificação. Magdalena citou também que a etapa presencial deve ter
29 como foco a participação efetiva da sociedade civil e que as pessoas devam ser ouvidas de fato
30 para que o trabalho tenha resultado. Frederico Furtado falou brevemente sobre a sua participação
31 na etapa de Cataguases do Fórum Técnico e sugeriu que o CONSEC traga conceitos mais
32 mercadológicos para as suas discussões. Aníbal Macedo fez uma avaliação sobre os Fórum
33 Técnico da perspectiva de quem não participou das etapas regionais. Segundo Aníbal a
34 participação do CONSEC na construção do Plano Estadual de Cultura veio das Conferências
35 Estaduais de Cultura, como endosso da Câmara Regional Consultiva. O conselheiro destacou que o
36 Fórum Técnico é uma instituição da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e que o quórum
37 baixo pode ser justificado pelo fato de as reuniões terem sido realizadas em horário comercial
38 durante a semana. Aníbal destacou, por fim, o baixo comprometimento dos membros do Poder
39 Público com as reuniões do CONSEC, o que prejudica a transversalidade das discussões realizadas
40 nas reuniões e a importância de que o texto final do Plano Estadual de Cultura conserve o que foi
41 discutido nas Conferências. Frederico Furtado sugeriu a criação de um núcleo de negócios
42 permanente para apoiar o financiamento dos projetos culturais e falou da necessidade de
43 fortalecimento do Fundo Estadual de Cultura e do resgate da palavra artista. O Secretário Adjunto
44 João Miguel ressaltou que a Secretaria está sempre aberta para, no limite de suas capacidades,
45 acolher todas as propostas e para apoiar a articulação e a mobilização da sociedade civil. Aníbal
46 falou da necessidade de se formar uma comissão para o acompanhamento dos trabalhos posteriores
47 à realização do Fórum Técnico e o Conselho decidiu por manter aqueles que já estavam
48 acompanhando o trabalho de perto: Rubem Reis, Aníbal Macedo, Magdalena Rodrigues, Maria
49 Andrada e Sula Mavrudis.

50 A reunião do período da tarde teve início com a apresentação de Gilvan Rodrigues, Diretor de
51 Marketing e Relações Institucionais da Fundação Clóvis Salgado que fez uma apresentação acerca

52 das ações desenvolvidas pelo órgão. Márcia Betânia perguntou ao diretor se existem possibilidades
53 de acesso dos territórios de desenvolvimento às ações desenvolvidas pela FCS e falou da
54 importância do desenvolvimento de estratégias voltadas para os conservatórios de Minas Gerais.
55 Gilvan falou que a relação com os conservatórios pode ser ampliada e ressaltou que a FCS está
56 passando por um momento de reestruturação e que têm-se tentando a obtenção de recursos que
57 viabilizem a circulação das ações desenvolvidas no órgão pelo interior. Rubem Reis destacou que
58 devem ser pensadas estas ações de circulação dos corpos artísticos do Palácio das Artes pelo
59 interior e a ocupação do espaço físico pela população residente em outros municípios. Gilvan citou
60 que existe a circulação das ações de audiovisual, com o “FESTCURTAS” e que as ações de artes
61 visuais também devem circular em breve. Paulo Morais sugeriu que a FCS receba gestores
62 públicos do interior, propiciando uma troca de experiências a transferência de conhecimento acerca
63 dos mecanismos de gestão. Rubem destacou que nenhuma das propostas demanda necessariamente
64 recurso público. Maria Andrada citou que a Secretaria de Cultura do Estado deveria realizar um
65 seminário voltado para a formação de gestores e agentes públicos que atuam na área da cultura.
66 Gilvan destacou que todas as atividades de formação são abertas ao público, que existe a intenção
67 de desenvolvimento das ações da FCS no interior e que podem ser realizadas, via demanda, visitas
68 técnicas no teatro e nos demais espaços da Fundação. Em seguida, foi passada a palavra ao
69 assessor André Velloso que apresentou Termos de Parcerias a serem celebrados com a Associação
70 Pró-Cultura e Promoção das Artes – APPA e cuja manifestação do Conselho Estadual de Política
71 Cultural é recomendada para assinatura. André explicou o processo de seleção da Organização da
72 Sociedade Civil de Interesse Público através da realização de um Chamamento Público e falou
73 sobre os objetivos de cada um dos termos de parceria que contemplam o apoio às políticas públicas
74 culturais desenvolvidas pela Diretoria de Programação Artística da Fundação Clóvis Salgado, em
75 especial apoio às ações de artes visuais, cinema e a realização de eventos artísticos e realizar ações
76 que potencializem a formação oferecida pelo CEFART, em especial apoio à formação e extensão
77 do curso de Música (CMUS), apoio à formação complementar nas tecnologias do espetáculo
78 (FORTES) e apoio à formação artística diferenciada e, consonância com as diretrizes de formação
79 que são estabelecidas e acompanhadas pela Diretoria do Centro de Formação Artística e
80 Tecnológica – CEFART, da Fundação Clóvis Salgado. O primeiro termo de parceria tem o valor
81 de R\$ 1.561.177,44 e o segundo R\$ 1.992.147,98. Foram apresentadas ainda as metas constantes
82 em ambos os documentos e descritas as atividades realizadas pelo CEFART e pela Diretoria de
83 Programação Artística. O Secretário Adjunto, João Miguel, pediu a manifestação sobre a
84 celebração dos Termos de Parceria ao Conselho e todos os presentes se manifestaram
85 favoravelmente. Em seguida, Gabriela Brandão, Secretária Executiva do Conselho Estadual de
86 Política Cultural falou sobre a revogação da lei de criação do CONSEC (Lei Delegada 180)
87 contemplada em Projeto de Lei encaminhado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e que em
88 função das alterações na legislação, o processo de revisão do Regimento Interno deverá ser adiado.
89 André Ferreira, Assessor de Planejamento da Secretaria de Cultura apresentou as propostas de
90 alteração da Lei Delegada 180 que, em relação ao CONSEC, tratarão da eliminação da lista tríplice
91 para indicação pelo Governador e deixarão aspectos como o número de segmentos representativos
92 **aa** possibilidade da candidatura exclusiva de entidades para o regulamento. Rubem Reis elogiou a
93 proposta e citou que a proposta apresentada contempla integralmente as discussões do Conselho.
94 João Miguel falou da necessidade de a eleição do Conselho ser adiada para Novembro e citou a
95 importância de se detalhar a forma a partir da qual a posse ocorrerá, propostas asseguradas pelo
96 Projeto de Lei apresentado. Paulo Morais falou da importância de abertura do espaço de discussões
97 do Conselho para o público consumidor de cultura e solicitou a apresentação de qual é o projeto
98 político da Secretaria de Cultura para a ampliação da participação. Márcia Betânia cobrou a
99 inserção de um momento exclusivo de articulação da sociedade civil na pauta da próxima reunião
100 do CONSEC, ressaltando a ausência de acesso dos conselheiros ao planejamento e à execução
101 orçamentária da Secretaria. João Miguel ressaltou que a pauta é submetida aos conselheiros com
102 antecedência é que está sempre aberta a propostas. Foi esclarecido que a gravação da última

103 reunião foi perdida e que, por isso, este ponto foi negligenciado. O Secretário Adjunto garantiu que
104 esta proposta será contemplada na pauta da próxima reunião. Rubem Reis falou da necessidade de
105 reaproximação e do fortalecimento dos membros da sociedade civil. João Miguel registrou a
106 gratidão da Secretaria de Estado de Cultura ao Deputado Bosco, membro titular do CONSEC e
107 Presidente da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pelo empenho e
108 presença na realização do Fórum Técnico do Plano Estadual de Cultura. O Deputado Bosco falou
109 da importância e do sucesso das etapas regionais do Fórum Técnico e destacou a importância do
110 CONSEC neste processo. A técnica da ALMG Ana Cristina falou do processo de elaboração do
111 texto do PL apresentando e citou que a ideia era que fossem garantidas em lei as questões
112 essenciais à natureza do CONSEC: paridade, ampla consulta aos segmentos, nomeação do
113 candidato mais votado em cada segmento e o apoio da Secretaria de Estado de Cultura e deixar os
114 outros aspectos para o regulamento. A Superintendente de Interiorização e Ação Cultural,
115 Manuella Abdanur falou, a pedido do conselheiro Paulo Morais, a respeito do adiamento do Fórum
116 Estadual dos Pontos de Cultura. Segundo Manuella a SEC MG respondeu todas as diligências
117 solicitadas pelo Ministério da Cultura (MINC) e que havia um entendimento de que para a
118 realização do Fórum seria necessário apenas o envio dos orçamentos ao MINC. No entanto, após o
119 envio destes documentos, o MINC informou que seria necessária a celebração de um termo
120 aditivo, uma vez que o convênio está em vias de encerramento, para que a realização do Fórum e o
121 lançamento de um novo edital fossem viabilizados e que, em função desta informação e da
122 conjuntura política optou-se pelo adiamento. Cláudia Houara, servidora da representação regional
123 do MINC falou que ainda não se sabe quais serão os rumos do Ministério e que não ainda não há
124 diretrizes oficiais relacionadas à sua atuação. Cláudia destacou que o Governo de Minas Gerais
125 não está contemplado na nova Lei Cultura Viva e que a assinatura do termo aditivo citado por
126 Manuella tem como objetivo regularizar esta situação. Maria Andrada sugeriu que Paulo redigisse
127 uma carta cobrando um posicionamento do Ministério e que o Conselho assinasse este documento.
128 O Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura, Felipe Amado falou sobre o processo de
129 consulta pública referente ao conteúdo do edital da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Felipe
130 disse que o edital deste ano seguiu um processo diferente, com uma fase inicial que precede as
131 inscrições e na qual a sociedade civil terá acesso ao conteúdo do mesmo. Felipe citou que o ponto
132 crítico deste edital é a exigência de apresentação da Declaração de Incentivo desde o começo do
133 processo de inscrição. O Superintendente deixou claro que esta não foi uma decisão tomada
134 deliberadamente e sim baseada em estudos e que teve como objetivo impedir o “efeito bola de
135 neve” e, portanto, que os recursos disponíveis para 2017 se esgotassem ainda este ano. Foi
136 necessário o estabelecimento de um critério jurídico que limitasse a aprovação de projetos. A
137 exigência da declaração de incentivo é, neste sentido, um mecanismo que tem como objetivo
138 impor esta limitação. Frederico Furtado destacou o mérito da Secretaria em conseguir abrir o edital
139 em 2016 e citou que a exigência posterior da D.I gera riscos ao proponente, que pode não ter o
140 projeto aprovado. Frederico perguntou se existe a possibilidade de abertura de outro edital ainda
141 este ano. Felipe disse que só vislumbra a abertura de outro edital este ano se houver a percepção de
142 que é impossível a realização de alterações na legislação a partir de fevereiro de 2017. Joselma,
143 representante do SINPARC no Conselho se posicionou contrariamente a exigência da Declaração
144 de Incentivo. Sílvia Cunha, representante da Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações
145 Institucionais questionou se, diante da inexistência de proponentes com Declarações de Incentivos
146 cujos projetos totalizem os R\$ 15 milhões disponíveis, o saldo remanescente poderá ser aberto e
147 concedido àqueles que não conseguiram emitir a Declaração. Felipe disse não haver tempo hábil
148 para esta possível abertura. Tarcísio perguntou se os R\$ 15 milhões irão comprometer os recursos
149 previstos para 2017. Segundo Felipe Amado, o desconto do teto depende do ato de homologação
150 na Secretaria de Fazenda e que este valor remanescente deverá ser homologado até 31 de
151 dezembro de 2016, independente do repasse ocorrer no ano corrente ou não e que, portanto, não
152 haverá impacto no teto previsto para a renúncia no ano que vem. Sula Mavrudis falou que os
153 artistas pequenos não são sequer recebidos pelas empresas potenciais incentivadoras. Felipe disse

154 que a SEC pensou na elaboração de uma carta solicitando às empresas o apoio aos artistas. João
155 Miguel ressaltou que o edital está em consulta pública entre 03 e 10/07 e que qualquer proposta
156 viável e que não comprometa os recursos do ano seguintes, será avaliada e considerada. Lembrou
157 que o edital do Fundo Estadual de Cultura, que contará com as seguintes modalidades: poder
158 público, sociedade civil, pontos de cultura e culturas populares também está aberto para Estudos
159 dos interessados. Sula Mavrudis fez um apelo para que o circo pudesse captar no Fundo e Felipe se
160 comprometeu a estudar com mais calma essa questão. João Miguel informou que a SEC tem se
161 articulado a fim de garantir o encaminhamento da revisão da lei de incentivo e a sua posterior
162 aprovação na ALMG. Ana Cristina sugeriu aos conselhos a solicitação de uma emenda aos
163 instrumentos de planejamento (PPAG e LOA) com recursos carimbados para as ações de
164 interiorização do CONSEC. João Miguel propôs que o Circo elaborasse uma minuta de Lei
165 Estadual voltada para o segmento. A conselheira Sula Mavrudis pediu o apoio do Conselho para a
166 criação de um projeto de fomento ao circo. Por fim, o Secretário João Miguel agradeceu a presença
167 dos conselheiros e encerrou a reunião.